



PREJULGADO DE TESE Nº 016, de 18 de setembro de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 11.604

Processo nº 201407844-00

EMENTA: CONSULTA. SINTEPP. POR INTELIGÊNCIA DO ART. 21, 22 E 23 DA LEI 11.494/07, OS RECURSOS PROVENIENTES DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO RELATIVOS AO ANO DE 2012, QUE TENHAM SIDO CREDITADOS EM 2013, DEVERÃO SER GASTOS PARA CUSTEAR DESPESAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO EM QUE INGRESSAREM NOS COFRES PÚBLICOS. PELA REGULARIDADE. CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DO TCM.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em aprovar a proposta de Resolução apresentada, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator às **fls. 57-64**, e nos termos da Resolução prolatada, que passa a integrar esta decisão. Conversão da resposta à Consulta, em Instrução Normativa, nos termos do Regimento Interno.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **18 de setembro de 2014**.


Conselheiro **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Relator

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José, Sérgio Leão e a Procuradora Geral Elisabeth Massoud Salame da Silva.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS


RESOLUÇÃO Nº 11.604

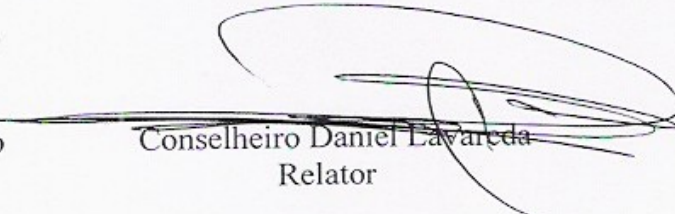
Processo : 201407844-00
Origem : Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do
Pará – SINTEPP
Assunto : Consulta
Responsável : Marcelle Rita Lopes de Araújo Gomes
Relator : Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: Consulta. SINTEPP. Por inteligência do art. 21, 22 e 23 da Lei 11.494/07, os recursos provenientes da Complementação da União relativos ao ano de 2012, que tenham sido creditados em 2013, deverão ser gastos para custear despesas referente ao exercício financeiro em que ingressarem nos cofres públicos. Pela regularidade. Conversão da resposta à consulta, em Instrução Normativa, nos termos do Regimento Interno do TCM.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão, em aprovar a Consulta e conversão da resposta à mesma, em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 18 de Setembro de 2014.


Conselheiro José Carlos Araújo
Presidente da Sessão


Conselheiro Daniel Lavareda
Relator

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antônio José, Sérgio Leão e a Procuradora Elisabeth Massoud Salame.

Publicado no D.O.E. Nº 32739
de 1 / 1 / 2014, à pg. 1
do caderno

Municipal de Almeirim, no exercício financeiro de 2011, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 50012011-00/8G/201205418-00, referente a Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 22 de setembro de 2014.

Conselheiro Sérgio Leão - Relator/1ª Controladoria/TCM
EDITAL Nº 706/2014/1ª CONTROLADORIA/TCM
(Processo nº 146142009-00/201001653-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor Carlos Alberto Pereira Cunha.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições, e com base no art. 49 c/c art. 76 da Lei Complementar nº 084/2012 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor Carlos Alberto Pereira Cunha, responsável pela Secretaria Municipal de Juventude Esporte e Lazer-SEJEL de Belém, no exercício financeiro de 2009, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 146142009-00/201001653-00, referente a Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 22 de setembro de 2014.

Conselheiro Sérgio Leão - Relator/1ª Controladoria/TCM
EDITAL Nº 707/2014/1ª CONTROLADORIA/TCM
(Processo nº 0294424009-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, a Senhora Josemilda Rita Alves dos Santos.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições, e com base no art. 49 c/c art. 76 da Lei Complementar nº 084/2012 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora Josemilda Rita Alves dos Santos, responsável pelo FUNDEB de Curuçá, no exercício financeiro de 2009, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 0294424009-00, referente a Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 22 de setembro de 2014.

Conselheiro Sérgio Leão - Relator/1ª Controladoria/TCM
EDITAL Nº 708/2014/1ª CONTROLADORIA/TCM
(Processo nº 0294002009-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, a Senhora Simone Rodrigues Assunção.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições, e com base no art. 49 c/c art. 76 da Lei Complementar nº 084/2012 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora Simone Rodrigues Assunção, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS de Curuçá, no exercício financeiro de 2009, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 0294002009-00, referente a Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 22 de setembro de 2014.

Conselheiro Sérgio Leão - Relator/1ª Controladoria/TCM
EDITAL Nº 709/2014/1ª CONTROLADORIA/TCM
(Processo nº 0613982008-00/20110913-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, a Senhora Marly do Espírito Santo Barros.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições, e com base no art. 49 c/c art. 76 da Lei Complementar nº 084/2012 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora Marly do Espírito Santo Barros, responsável pelo Fundo Municipal de Saúde-FMS de Primavera, no período de 09/04 a 31/12/2008, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 0613982008-00/20110913-00, referente a Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido período, sob pena de revelia.

Belém, 22 de setembro de 2014.

Conselheiro Sérgio Leão - Relator/1ª Controladoria/TCM
EDITAL Nº 710/2014/1ª CONTROLADORIA/TCM
(Processo nº 0613982008-00/20110913-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, a Senhora Luciana Maria Lopes Pereira.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios usando

das atribuições, e com base no art. 49 c/c art. 76 da Lei Complementar nº 084/2012 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora Luciana Maria Lopes Pereira, responsável pelo Fundo Municipal de Saúde-FMS de Primavera, no período de 01/01 a 08/04/2008, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 0613982008-00/20110913-00, referente a Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido período, sob pena de revelia.

Belém, 22 de setembro de 2014.

Conselheiro Sérgio Leão - Relator/1ª Controladoria/TCM
EDITAL Nº 711/2014/1ª CONTROLADORIA/TCM
(Processo nº 53982011-00/201202296-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, a Senhora Valéria Melo. A Conselheira do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições, e com base no art. 49 c/c art. 76 da Lei Complementar nº 084/2012 - Lei Orgânica deste TCM, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora Valéria Melo, Diretora de Despesas, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS de Almeirim, no exercício financeiro de 2011, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 53982011-00/201202296-00, referente a Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 22 de setembro de 2014.

Conselheira Mara Lucia - Relatoria - 1ª Controladoria/TCM
EDITAL Nº 712/2014/1ª CONTROLADORIA/TCM
(Processo nº 0290012009-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor Fernando Alberto Cabral da Cruz.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições, e com base no art. 49 c/c art. 76 da Lei Complementar nº 084/2012 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor Fernando Alberto Cabral da Cruz, responsável pelas Contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Curuçá, no exercício financeiro de 2009, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 0290012009-00, referente a Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 22 de setembro de 2014.

Conselheiro Sérgio Leão - Relator/1ª Controladoria/TCM
EDITAL Nº 713/2014/1ª CONTROLADORIA/TCM
(Processo nº 0290012009-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor Fernando Alberto Cabral da Cruz.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições, e com base no art. 49 c/c art. 76 da Lei Complementar nº 084/2012 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor Fernando Alberto Cabral da Cruz, responsável pelas Contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Curuçá, no exercício financeiro de 2009, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 0290012009-00, referente a Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 22 de setembro de 2014.

Conselheiro Sérgio Leão - Relator/1ª Controladoria/TCM
EDITAL Nº 714/2014/1ª CONTROLADORIA/TCM
(Processo nº 1150012008-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor Evaldo Oliveira da Cunha.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições, e com base no art. 49 c/c art. 76 da Lei Complementar nº 084/2012 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor Evaldo Oliveira da Cunha, responsável pelas Contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Ipixuna do Pará, no exercício financeiro de 2008, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 1150012008-00, referente a Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 22 de setembro de 2014.

Conselheiro Sérgio Leão - Relator/1ª Controladoria/TCM

EDITAL Nº 715/2014/1ª CONTROLADORIA/TCM
(Processo nº 1150012008-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor Evaldo Oliveira da Cunha.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições, e com base no art. 49 c/c art. 76 da Lei Complementar nº 084/2012 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor Evaldo Oliveira da Cunha, responsável pelas Contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Ipixuna do Pará, no exercício financeiro de 2008, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 1150012008-00, referente a Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 22 de setembro de 2014.

Conselheiro Sérgio Leão - Relator/1ª Controladoria/TCM
EDITAL Nº 716/2014/1ª CONTROLADORIA/TCM
(Processo nº 610042008-00/201119095-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, a Senhora Katia Leite Kuba.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições, e com base no art. 49 c/c art. 76 da Lei Complementar nº 084/2012 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora Katia Leite Kuba, responsável pelo Sistema Autônomo de Água e Esgoto-SAAE de Primavera, no período de 01/01 a 31/04/2008, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 610042008-00/201119095-00, referente a Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido período, sob pena de revelia.

Belém, 22 de setembro de 2014.

Conselheiro Sérgio Leão - Relator/1ª Controladoria/TCM
EDITAL Nº 717/2014/1ª CONTROLADORIA/TCM
(Processo nº 610042008-00/201119095-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor Eloi Araújo Araújo.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições, e com base no art. 49 c/c art. 76 da Lei Complementar nº 084/2012 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor Eloi Araújo Araújo, responsável pelo Sistema Autônomo de Água e Esgoto-SAAE de Primavera, no período de 01/05 a 31/12/2008, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 610042008-00/201119095-00, referente a Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido período, sob pena de revelia.

Belém, 22 de setembro de 2014.

Conselheiro Sérgio Leão - Relator/1ª Controladoria/TCM
EDITAL Nº 718/2014/1ª CONTROLADORIA/TCM
(Processo nº 900022008-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor Cicero Cosmo da Silva.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições, e com base no art. 49 c/c art. 76 da Lei Complementar nº 084/2012 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor Cicero Cosmo da Silva, responsável pela Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia, no exercício financeiro de 2008, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 900022008-00, referente a Prestação de Contas daquela Câmara, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 22 de setembro de 2014.

Conselheiro Sérgio Leão - Relator/1ª Controladoria/TCM
PUBLICAÇÃO DE RESOLUÇÕES E ACORDÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 751903

PREJULGADO DE TESE Nº 013, DE 26 DE JUNHO DE 2014.
RESOLUÇÃO Nº 11.530

Processo nº 201409013-00
EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS. OBRIGATORIEDADE DE APLICAÇÃO DO PISO NACIONAL. REMUNERATÓRIO DOS PROFESSORES (LEI Nº 11.738/2008). POSSIBILIDADE DE ADEQUAÇÃO NO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS - PCCS'S. POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO AO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES. INTELIGÊNCIA DO ART.



Secretaria
Especial de Estado
de Gestão



GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ

2º, DA LEI DO FUNDEB, C/C ART. 4º, DA LEI Nº 11.738/2008, C/C ART. 15, DA RESOLUÇÃO/MEC Nº 7/2012, APROVAÇÃO, CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA, EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a unanimidade, em aprovar a resposta à Consulta, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora as fls. 18, 19, e nos termos da Resolução prolatada.

Decisão: Conversão da resposta à Consulta, em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

PREJULGADO DE TESE Nº 014, de 05 de junho de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 11.517

Processo Nº 201407815-00

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS PARA JULGAMENTO DAS CONTAS DE GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DAS CÂMARAS MUNICIPAIS PARA JULGAMENTO DAS CONTAS DE GOVERNO, DO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, COM BASE NO PARECER PRÉVIO EXARÇADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, DISSIMULANDO O JULGAMENTO DAS CONTAS DOS FUNDOS MUNICIPAIS, PELA CÂMARA MUNICIPAL. COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO NAS EXECUÇÕES DAS DECISÕES DESTA TCM-PA, JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL. APROVAÇÃO, CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA, EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a unanimidade, em aprovar a resposta à Consulta, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora as fls. 03, 10, e nos termos da Resolução prolatada.

Decisão: Conversão da resposta à Consulta, em Instrução Normativa, nos termos do Regimento Interno.

PREJULGADO DE TESE Nº 015, de 26 de junho de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 11.531

Processo Nº 201407459-00

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARE. DETERMINAÇÃO DE BASE DE CÁLCULO PARA REALIZAÇÃO DO ROLIMETRO DO ILLUSTRADO AO POLO LEGISLATIVO (ART. 21 A, DA CF/88). RETENÇÃO INDEVIDA PELAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DOS IMPOSTOS RETIDOS (IRRF E ISS). OBRIGATORIEDADE DE INTEGRALIZAÇÃO DOS IMPOSTOS RETIDOS NA BASE DE CÁLCULO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO. VERIFICAÇÃO DOS IMPACTOS DAS DESPESAS DE PESSOAL E NAS APLICAÇÕES NAS ÁREAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO. PONTO DE CONTROLE OBRIGATORIO NOS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. APROVAÇÃO, CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA, EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a unanimidade, em aprovar a resposta à Consulta, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora as fls. 05, 13, e nos termos da Resolução prolatada.

Decisão: Conversão da resposta à Consulta, em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

PREJULGADO DE TESE Nº 016, de 18 de setembro de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 11.604

Processo Nº 201407844-00

EMENTA: CONSULTA. SINTEPP. POR INTELGÊNCIA DO ARTS. 21, 22 E 23 DA LEI Nº 11.494/07, OS RECURSOS PROVENIENTES DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO RELATIVOS AO ANO DE 2012, QUE TENHAM SIDO CREDITADOS EM 2013, DEVERÃO SER GASTOS PARA CUSTEAR DESPESAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO EM QUE INGRESSAREM NOS COFRES PÚBLICOS. PELA REGULARIDADE, CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DO TCM.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a unanimidade, em aprovar a resposta à Consulta, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora as fls. 52, 64, e nos termos da Resolução prolatada, que passa a integrar esta decisão. Conversão da resposta à Consulta, em Instrução Normativa, nos termos do Regimento Interno.

RESOLUÇÃO Nº 11.604, DE 18/09/2014

Processo Nº 201407844-00

Origem: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará - SINTEPP

Assunto: Consulta

Responsável: Marcelle Rita Lopes de Araújo Gomes

Relator: Cons. Daniel Laveda

EMENTA: Consulta. SINTEPP. Por inteligência do Arts. 21, 22 e 23, da Lei 11.494/07, os recursos provenientes da Complementação da União relativos ao ano de 2012, que tenham sido creditados em 2013, deverão ser gastos para custear despesas referente ao exercício financeiro em que ingressarem nos cofres públicos. Pela regularidade, conversão da resposta à consulta, em Instrução Normativa, nos termos do Regimento Interno do TCM.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: em aprovar a Consulta e conversão da resposta à mesma, em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

RESOLUÇÃO Nº 11.611, DE 25/09/2014

Processo Nº 201413752-00

Origem: Câmara Municipal de Viseu

Assunto: Consulta

Responsável: Isaias José Silva Oliveira Neto

Relator: Cons. Daniel Laveda

EMENTA: Consulta. C.M. de Viseu. Qual o limite a ser fixado para subsídios do Presidente, se a Câmara pode editar Resolução retilicadora da

Resolução nº 003/2012, fixado em parcela única o subsídio do Presidente para o restante do quadriênio; e, se os valores já pagos ao Presidente podem

ser ratificados pela Resolução retilicadora. Pela aprovação, conversão da resposta à consulta, em Instrução Normativa, nos termos do Regimento Interno do TCM.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator as fls. 14 e 21.

Decisão: em aprovar a Consulta e converter a resposta em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

ACÓRDÃO Nº 25.394, DE 12/08/2014

Processo Nº 201105811-00

Origem: Centro Comunitário dos Amigos de Santa Rita

Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 044/2011

Responsável: Lucival Santana da Silva

Relator: Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa - (Art. 19, II, da LC nº 84/2012).

EMENTA: Prestação de Contas do Convênio nº 044/11, Centro Comunitário dos Amigos de Santa Rita. Pela aprovação e expedição do Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e proposição de decisão do Relator, as fls. 116 e 117 dos autos.

Decisão: Aprovar as contas do Centro Comunitário dos Amigos de Santa Rita, referentes ao Convênio nº 044/2011, firmado com a Secretária Municipal de Educação - SEMEC/PMB, como apoio financeiro em forma de subvenção social, objetivando a promoção da educação para que a entidade possa prevenir, minorar ou reverter as situações de carência dos usuários, de acordo com o plano de trabalho, devendo ser expedido em favor do Sr. Lucival Santana da Silva, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$ 18.840,00 (dezoito mil, oitocentos e quarenta reais).

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONVITE Nº 01/2014

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 751596

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no inciso VI do art. 43 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, resolve:

HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade Convite nº 01/2014, tipo menor preço, destinada à contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de obra civil de adequação funcional e pintura interna e externa do Anexo I do TCE/PA, de acordo com as especificações constantes no edital, **ADJUDICAR** o objeto do **LTD-EPF** para execução do objeto acima citado.

Belém, 30 de setembro de 2014

Cipriano Sabino de Oliveira Junior

Presidente do TCE/PA

AVISO DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 751844

Modalidade: Pregão Presencial

Número: 2014/14

Objeto: Contratação de instituição especializada em estágio de estudantes para atuar como agente integrador entre o TCE/PA e as Instituições de Ensino na operacionalização do Programa de Estágios

Entrega do Edital: O edital poderá ser obtido através da internet, no site: www.tce.pa.gov.br ou junto à Comissão Permanente Licitação do Tribunal de Contas do Estado do Pará, localizada na Travessa Quintino Bocayuva nº. 1585, através de meio digital, gratuitamente, com a apresentação de mídia de gravação, ou em cópias, as expensas do interessado nos dias úteis, das 08 às 14h.

Observação: Qualquer informação sobre a presente licitação será prestada pela pregoeira, Sra. Renata Piqueira de Andrade Soares, até o primeiro dia útil que anteceda a data fixada para abertura da sessão pública do presente pregão, no horário de 08 às 14 horas, ou através do telefone (91) 3210-0587. Responsável pelo certame: RENATA PIQUEIRA DE ANDRADE SOARES

Local de Abertura: Tribunal de Contas do Estado do Pará

Data da Abertura: 15/10/2014

Hora da Abertura: 09:00

Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso
01032112262670000	339039 0301000000	Estadual
01032112262670000	339039 0101000000	Estadual
01032112262670000	339039 0112000000	Estadual
01032112262670000	339039 0312000000	Estadual

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Junior

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 751898

PORTARIA Nº 28.872 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

I - EXCLUIR da PORTARIA Nº 28.804, de 20-08-2014, a servidora ESTHER BARBOSA MACOLA, Assessor de Gabinete TCE AAGC 502, Classe U Nível N5 matrícula nº 01000004, designada para compor a comissão sindicante, destinada a apurar os fatos mencionados no Processo nº 2014/04221-0, no prazo não excedente a 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior, consoante parágrafo único do artigo 201, da Lei nº 5.810/99.

II - INCLUIR na comissão designada pela Portaria acima, a servidora TEREZINHA DE JESUS FERREIRA RIBEIRO, Assessor Técnico Administrativo TCE-ATNS-607 Classe A Nível 1 matrícula nº 0124478.

PORTARIAS Nº 28.884, Nº 28.885, Nº 28.886, Nº 28.887, E Nº 28.888 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014 REFERENTE A CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE.

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 751939

Portaria: 28.867

Objetivo: Para participarem do "Intercâmbio Técnico entre este Tribunal e o Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF".

Fundamento Legal: Lei nº 5.810/94

Origem: BELÉM/PA - BRASIL



Secretaria
Especial de Estado
de Gestão



GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS


RESOLUÇÃO Nº 11.604

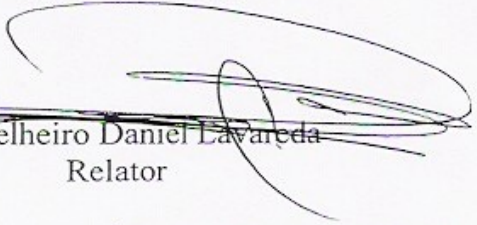
Processo : 201407844-00
Origem : Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do
Pará – SINTEPP
Assunto : Consulta
Responsável : Marcelle Rita Lopes de Araújo Gomes
Relator : Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: Consulta. SINTEPP. Por inteligência do art. 21, 22 e 23 da Lei 11.494/07, os recursos provenientes da Complementação da União relativos ao ano de 2012, que tenham sido creditados em 2013, deverão ser gastos para custear despesas referente ao exercício financeiro em que ingressarem nos cofres públicos. Pela regularidade. Conversão da resposta à consulta, em Instrução Normativa, nos termos do Regimento Interno do TCM.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão, em aprovar a Consulta e conversão da resposta à mesma, em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 18 de Setembro de 2014.


Conselheiro José Carlos Araújo
Presidente da Sessão


Conselheiro Daniel Lavareda
Relator

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antônio José, Sérgio Leão e a Procuradora Elisabeth Massoud Salame.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

57
39

RESOLUÇÃO : 11 - F. O. /
PROCESSO Nº : 201407844-00 (201318819-00)
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-SINTEPP
INSTRUÇÃO : DAM

RELATÓRIO

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, devidamente representado nos autos por sua procuradora Sra. Marcelle Rita Lopes de Araújo, encaminhou CONSULTA TÉCNICA (fls. 09/41) a esta Corte de Contas em 09/11/2013, com amparo no art. 300, § 1º do Regimento Interno desta Corte de Contas, onde suscita os seguintes questionamentos:

- De que maneira devem ser utilizados, pelos gestores municipais, os valores referentes à Complementação da União creditados em 2013, mas referentes ao exercício de 2012?

- Os Municípios estão obrigados a utilizar os recursos referentes à complementação da União creditados em 2013, mas referentes ao exercício 2012, para o pagamento de salários e/ou 13º salários atrasados dos profissionais do magistério público e demais trabalhadores da educação municipal referentes ao ano de 2012?

- Após deduzidos possíveis salários atrasados ou não os havendo, os valores referentes à Complementação da União creditados em 2013, mas referentes ao exercício 2012, devem ser disponibilizados aos profissionais do magistério público que desempenharam atividades funcionais no decorrer do ano de 2012, através de abono salarial?

Em conformidade com o art. 300, § 4º, do RITCM/PA (Ato nº 16/2013), determinei ao DAM a elaboração de análise técnica, com vistas a elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes desta Corte de Contas, que atendessem a solicitação sob análise, a qual foi tempestivamente elaborada e juntada aos autos, via Parecer nº 055/2013 (fls. 43/48), que torno parte integrante do presente relatório:

"RELATÓRIO

Tratam os autos de consulta formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará - SINTEPP, representado nos autos por sua procuradora Srª. Marcelle Rita Lopes de Araújo, por meio da qual apresenta os seguintes questionamentos:

"1 - De que maneira devem ser utilizados, pelos gestores municipais, os valores referentes à Complementação da União creditados em 2013, mas referentes ao exercício de 2012?

2 - Os Municípios estão obrigados a utilizar os recursos referentes à complementação da União creditados em 2013, mas referentes ao exercício 2012, para o pagamento de salários e/ou 13º salários atrasados dos profissionais do magistério público e demais trabalhadores da educação

CONSELHEIRO TCM



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 604
PROCESSO Nº : 201407844-00 (201318819-00)
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-SINTEPP
INSTRUÇÃO : DAM

municipal referentes ao ano de 2012?

3 – Após deduzidos possíveis salários atrasados ou não os havendo, os valores referentes à Complementação da União creditados em 2013, mas referentes ao exercício 2012, devem ser disponibilizados aos profissionais do magistério público que desempenharam atividades funcionais no decorrer do ano de 2012, através de abono salarial?

É o relatório.

PARECER

Em primeiro momento, destacamos que o parecer ora exarado é de caráter informativo e orientador, tendo em vista que o Tribunal de Contas dos Municípios somente responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, em tese, pelos seus jurisdicionados, tornando-se prejudgado ao ser publicado em Diário Oficial do Estado, quando as decisões a respeito da matéria forem unânimes, em sessão plenária, nos termos do art. 112¹ e 114² do Regimento Interno dessa Corte de Contas.

Preliminarmente, ressaltamos que a matéria em comento já foi objeto de análise nos pareceres de números 0046/2013/RGS/DAM/TCM-PA, 0044/2013/RGS/DAM/TCM-PA e 0042/2013/RGS/DAM/TCM-PA. Que nos pronunciamos nos seguintes termos:

“Da natureza do Recurso da Complementação da União – PISO

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB é composto por receitas dos entes federados, dentre elas há uma complementação da União repassada àqueles que não atingem a referência do valor anual mínimo por aluno a serem gastos na rede de ensino público.

Desta forma, disciplinou a Lei 11.494/2007 (Lei do FUNDEB) que tal transferência será assim calculada:

Art. 6º A complementação da União será de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total dos recursos a que se refere o inciso II do caput do art. 6º do ADCT.

§ 1º A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de cada mês, assegurados os

¹ Art. 112 - O Tribunal responderá sobre a matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, em tese, pelos órgãos ou pessoas sujeitas a sua jurisdição. (negrito nosso).

² Art. 114 - As consultas, cujas decisões de Plenário forem unânimes, terão caráter normativo, após sua publicação no Diário Oficial do Estado, constituindo-se em prejudgado da tese. (negrito nosso).

Daniel Lavareda Reis
CONSELHEIRO TCM



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 604
PROCESSO Nº : 201407844-00 (201318819-00)
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-SINTEPP
INSTRUÇÃO : DAM

repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano, e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente.

§ 2º A complementação da União a maior ou a menor em função da diferença entre a receita utilizada para o cálculo e a receita realizada do exercício de referência será ajustada no 1º (primeiro) quadrimestre do exercício imediatamente subsequente e debitada ou creditada à conta específica dos Fundos, conforme o caso.

§ 3º O não-cumprimento do disposto no caput deste artigo importará em crime de responsabilidade da autoridade competente.

Com isso, a União tem a obrigação de repassar até final de abril do exercício seguinte uma parcela desta Complementação, o que foi denominado de Ajuste da Complementação da União ao FUNDEB.

Outro aspecto que vem esclarecer aos questionamentos aqui expostos é o cumprimento da previsão legal estabelecida no artigo 7º da Lei do FUNDEB, em que uma parte desta complementação poderá ser gasto com outros programas dentro da finalidade da respectiva Lei, esse artigo combinado com o artigo 4º da Lei 11.738/2008 (Lei que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional Para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica) gerou outra receita para certos municípios, denominada Complementação ao Piso Salarial dos Professores ou Complementação União Piso.

Baseado nessas legislações e juntamente com a Portaria/MEC nº 344 de 24/04/2013, as referidas receitas foram lançadas ao final de abril na conta dos municípios paraenses, através de mecanismos de créditos e débitos. Vejamos o disciplinamento:

§ 1º A redistribuição da complementação da União ao Fundeb de 2012, será realizada mediante efetivação de lançamentos nas contas correntes específicas dos Fundos do Distrito Federal, Estados e respectivos municípios:

³ Art. 7º Parcela da complementação da União, a ser fixada anualmente pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade instituída na forma da Seção II do Capítulo III desta Lei, limitada a até 10% (dez por cento) de seu valor anual, poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação básica, na forma do regulamento.

⁴ Art. 4º A União deverá complementar, na forma e no limite do disposto no inciso VI do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em regulamento, a integralização de que trata o art. 3º desta Lei, nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 604
PROCESSO Nº : 201407844-00 (201318819-00)
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-SINTEPP
INSTRUÇÃO : DAM

I - a débito ou a crédito, conforme o caso, da diferença relativa ao ajuste da complementação da União, previsto no art. 6º, § 2º da Lei 11.494, de 2007; e

II - a crédito do valor destinado à integralização do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, c/c a Resolução nº 7, de 26 de abril de 2012, da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade.

Informa o MEC que:

*"a Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade decidiu que os recursos destinados à complementação do piso devem ser distribuídos pelos mesmos critérios adotados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, considerando que os estados e municípios que recebem a complementação da União ao Fundeb são aqueles que comprovadamente têm dificuldades financeiras, já que o valor-aluno de seus fundos estaduais está abaixo do valor mínimo nacional. As deliberações da Comissão Intergovernamental foram objeto da Resolução nº 7, de 26 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 de julho do mesmo ano."*⁵

Assim dispõe o artigo 1º da Resolução MEC/2012 nº 7:

Art. 1º A parcela da complementação da União ao FUNDEB, prevista no caput do art. 7º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, fica estipulada em dez por cento e será destinada a contribuir para integralização do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, na forma do art. 4º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Da Aplicação dos Recursos da Complementação da União relativos ao FUNDEB

Os recursos provenientes da Complementação da União serão gastos no exercício financeiro em que ingressarem aos cofres públicos, neste caso no exercício de 2013:

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de

⁵ Resposta ao email em 26/08/2013.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 604
PROCESSO N° : 201407844-00 (201318819-00)
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-SINTEPP
INSTRUÇÃO : DAM

dezembro de 1996.

Infere-se do artigo 1º da Resolução/MEC nº 7/2012, citado logo acima, que os recursos serão destinados para integralizar o Piso Salarial dos Profissionais do Magistério, fundamentado no art. 3º da Lei 11.738/2008⁶.

Segundo o Manual do FUNDEB/MEC a remuneração dos profissionais do magistério compreende:

"(...) o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes, de responsabilidade do empregador.

De modo geral, os itens que compõem a remuneração, para fins da aplicação do mínimo de 60% do Fundeb, incluem:

- *salário ou vencimento;*
- *13º salário, inclusive 13º salário proporcional;*
- *1/3 de adicional de férias;*
- *férias vencidas, proporcionais ou antecipadas;*
- *gratificações inerentes ao exercício de atividades ou funções de magistério, inclusive gratificações ou retribuições pelo exercício de cargos ou funções de direção ou chefia;*
- *horas extras, aviso prévio, abono;*
- *salário família, quando as despesas correspondentes recaírem sobre o empregador;*
- *encargos sociais (Previdência e FGTS) devidos pelo empregador, correspondentes à*

⁶ Art. 3º O valor de que trata o art. 2º desta Lei passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008, e sua integralização, como vencimento inicial das Carreiras dos profissionais da educação básica pública, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios será feita de forma progressiva e proporcional, observado o seguinte:

(...)

III – a integralização do valor de que trata o art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, dar-se-á a partir de 1º de janeiro de 2010, com o acréscimo da diferença remanescente.

§1º A integralização de que trata o caput deste artigo poderá ser antecipada a qualquer tempo pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

§2º Até 31 de dezembro de 2009, admitir-se-á que o piso salarial profissional nacional compreenda vantagens pecuniárias, pagas a qualquer título, nos casos em que a aplicação do disposto neste artigo resulte em valor inferior ao de que trata o art. 2º desta Lei, sendo resguardadas as vantagens daqueles que percebam valores acima do referido nesta Lei.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 604
PROCESSO Nº : 201407844-00 (201318819-00)
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-SINTEPP
INSTRUÇÃO : DAM

remuneração paga na forma dos itens anteriores, observada a legislação aplicável à matéria.”
Ressalta-se, ainda, o disposto no art. 8º, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que havendo saldo bancário remanescente deverá ser utilizado exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. Aplica-se o dispositivo à Complementação da União.

Da Conclusão

Assim, em abril, ocorreram dois lançamentos na conta FUNDEB segundo a Portaria/MEC nº 344/2013: denominados de Ajuste FUNDEB 2012 e Complementação União Piso. Porém, para os municípios paraenses, o primeiro foi debitado na conta, enquanto o segundo foi creditado.

Esses recursos por serem recursos vinculados seguem as orientações da legislação do FUNDEB, bem como a Lei 11.738/2008. Assim, deve-se pagar com eles exclusivamente os salários dos profissionais do magistério, bem como o décimo terceiro salário, hora extra, aviso prévio, gratificações, encargos sociais, dentre outros, conforme orientação do órgão repassador.”

Ressalta-se a afirmação que no mecanismo débito e crédito da Portaria/MEC nº 344/2003, para os municípios do Estado do Pará, as verbas remanescentes foram às destinadas para integralizar o Piso Salarial dos Profissionais do Magistério, conforme anexo desta portaria e, assim, vinculada as despesas para o qual foi criado.

É o parecer.”

É o relatório.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 604
PROCESSO Nº : 201407844-00 (201318819-00)
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-SINTEPP
INSTRUÇÃO : DAM

VOTO

Preliminarmente, cumpre analisar a regularidade da presente consulta, integral a qual se confirma, dado o atendimento integral das formalidades insculpidas no artigo 1º, inciso XVI, da LC nº 084/2012, tendo sido formulada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste TCM-PA, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

Acompanho a integralidade e adoto como resposta ao consulente o **Parecer nº 055/2013/DAM/TCM**, elaborado pelo órgão técnico deste TCM/PA, trazendo, ainda, com vistas à formulação de uma resposta mais didática ao jurisdicionado, o seguinte detalhamento:

Que por inteligência do art. 21, 22 e 23 da Lei nº 11.494/2007, os recursos provenientes da Complementação da União - FUNDEB relativos ao ano de 2012, que tenham sido creditados em 2013, deverão ser gastos para custear despesas referente ao exercício financeiro em que ingressarem nos cofres públicos.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Belém, 18 de setembro de 2014.


Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro